



Ministério Público de Contas
— Mato Grosso —

Gestão de Contratos Administrativos

Francisney Liberato Batista Siqueira
Auditor Público Externo
Chefe de Gabinete



Sequência lógica

1º Requisição do objeto

2º Autorização

3º Licitação (dispensa ou inexigibilidade)

4º Contrato

5º Execução do contrato

6º Recebimento do objeto

7º Eventual rescisão





Contrato Administrativo

Todo e qualquer ajuste (serviços, obras e compras) entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de **vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas**, seja qual for a denominação utilizada.

Aplica-se o **direito público**, e supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Lei nº 8.666/93, Art. 2º, Parágrafo Único e art. 54.





Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

Acompanhamento e Fiscalização

É **dever** da Administração Pública acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas.





Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

Por que fiscalizar contratos administrativos?

O acompanhamento e fiscalização do contrato é **instrumento poderoso** que o gestor dispõe para a defesa do interesse público.

Ex.: prédio que desativou quatro andares.





Gestão de contrato

Gestão de contratos é o conjunto de atos e procedimentos voltados ao **acompanhamento e fiscalização** dos contratos administrativos, com vistas ao seu integral **cumprimento e atendimento das necessidades da entidade pública** contratante.





Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

Apuração Geral das Irregularidades
Contas Anuais 2011
Irregularidades por Assunto

Assunto	Total	Percentual
J – DESPESA	347	13,30%
G – LICITAÇÃO	298	11,40%
H – CONTRATO	297	11,40%





Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

Qual a diferença entre gestor e fiscal do contrato?

Pode a administração criar essas duas figuras?





Gestão (administração de contratos)

- a) guarda do **contrato original**, controle dos prazos de **vencimento e prorrogação**;
- b) **reequilíbrio econômico financeiro**, de incidentes relativos a pagamentos;
- c) questões ligadas à **documentação**;
- d) Interfere nos incidentes fora da alçada do fiscal;
- e) Aplica **penalidades** e instaura processo de rescisão.

É um serviço administrativo propriamente dito, que é exercido por **um setor** (departamento, gerência, supervisão, etc.).





Fiscalização de Contratos

Exercida necessariamente por um **representante da Administração**, especialmente **designado**, como preceitua a lei, que **cuidará pontualmente de cada contrato** *(TCU Acórdão nº 2.831/2011 – Plenário)*.

É possível utilizar a figura do **fiscal substituto** (designado por ato próprio da entidade).

Artigo 58, inciso III, c/c artigo 67 da Lei 8.666/93.





Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

Posso utilizar membro da Comissão de Licitação para fiscalizar contratos?





Designe servidores distintos para compor comissão de licitação e para efetuar a fiscalização de contratos, em respeito ao princípio da **segregação de funções**.

Acórdão TCU 1997/2006 Primeira Câmara





O agente fiscalizador pode recusar-se ao encargo?

São deveres do servidor, cumprir as ordens superiores, exceto quando forem manifestamente ilegais.

A recusa somente poderá ocorrer:

- ✓ quando for impedido ou suspeito o agente (por ser parente, cônjuge, companheiro, ou por amigo íntimo ou inimigo, por ter recebido presentes, ter relação de débito ou crédito com o contratado ou qualquer outro tipo de interesse, direto ou indireto, plenamente justificado);
- ✓ por não deter conhecimento técnico específico quando a lei ou o objeto do contrato exigir.





Atribuições do Fiscal

- acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
- indicar as eventuais glosas das faturas;
- providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato.





Qualificações do Fiscal

É importante que o servidor seja dotado de certas **qualificações**, tais como:

- a) Gozar de **boa reputação** ética-profissional;
- b) possuir **conhecimentos** específicos do objeto a ser fiscalizado;
- c) não estar, preferencialmente, respondendo a processo de **sindicância** ou **processo administrativo disciplinar**;





- d) não possuir em seus **registros funcionais punições** em decorrência da prática de atos lesivos ao patrimônio público, em qualquer esfera do governo;
- e) não haver sido responsabilizado por **irregularidades** junto ao **Tribunal de Contas** da União ou junto a Tribunais de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município;
- f) não haver sido **condenado em processo criminal** por crimes contra a Administração Pública, capitulados no Título XI, Capítulo I, do Código Penal Brasileiro, na Lei 7.492/1986 e na Lei 8.429/1992.





O fiscal pode alterar o objeto?

O fiscal do contrato **não** podem alterar o objeto ou onerar a execução do contrato a pretexto de necessidades do serviço, sob pena de alterar a relação inicial, obrigando a formalização de novo contrato ou a alteração dos preços contratados (reequilíbrio econômico-financeiro).





Documentos necessário para fiscalizar

Deverá manter cópia dos seguintes documentos:

- contrato;
- todos os aditivos (se existentes);
- edital da licitação;
- projeto básico ou termo de referência;
- proposta da Contratada;
- relação das faturas recebidas e das pagas;
- correspondências entre Fiscal e Contratada.





A Lei nº 8.666/93 determina que a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado.

Em vez de um único servidor, a autoridade pode designar uma equipe de fiscalização?





Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

É possível terceirizar a atividade de fiscalização da execução dos contratos administrativos?





(...) mantenha representante, pertencente a seus quadros próprios de pessoal, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos que celebrar, permitida a contratação de agentes terceirizados apenas para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, a teor do art. 67 da Lei 8.666/93.

***TCU Acórdão nº 690/2005, Ata nº 19/2005, Sessão 01.06.2005,
Aprovação 06.06.2005, DOU de 10.06.2005.***





Registro de Ocorrências

Art. 67 da Lei de Licitação:

O **representante da administração** **anotará** (livro, arquivo eletrônico, caderno ou folhas) em **registro próprio todas as ocorrências** relacionadas com a execução do contrato, **determinando** o que for necessário à **regularização das faltas ou defeitos observados**.

As decisões e providências que **ultrapassarem a competência** do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.





Cuidados Permanentes

- Manter **planilha atualizada** do valor do contrato, com seus aditivos, se houver, e os valores empenhados e já pagos;
- Identificar as **cláusulas do contrato** que necessitam e permitam acompanhamento;
- Ocorrência de **subcontratação**, quando não permitida ou, quando permitida, atentando para seus limites e condições;
- **Qualificação dos empregados** da Contratada, em conformidade com o contido no contrato assinado;
- **Qualidade e quantidade** dos materiais empregados e dos serviços executados;





Cuidados Permanentes

- Comunicar à Área Responsável pelo Controle dos Contratos as eventuais ocorrências que poderão ensejar a **aplicação de penalidades contratuais ou a instauração de procedimento de Sindicância**;
- Manter entendimentos com os responsáveis pelas áreas, quando o objeto do contrato for a **manutenção preventiva e corretiva** em equipamentos, com vistas ao controle;
- **Responsabilização da Contratada** pelos eventuais danos causados a entidade pública ou a terceiros;





Cuidados Permanentes

- Verificação do **recebimento provisório do material**, e/ou execução de obras ou serviços, na forma do disposto no artigo 73, da Lei nº 8.666/93;
- Efetivação dos procedimentos para envio do processo à **liquidação**, dentre eles a aceitação do serviço e a verificação da regularidade da Contratada (fiscal, trabalhista e previdenciária);
- Verificação posterior do respectivo **pagamento**;
- Correta instrução processual quando de seu encaminhamento à **área de contratos**, depois de cumpridas as obrigações contratadas e recebimento definitivo do bem ou serviço.





Cuidados Adicionais

As reuniões realizadas com a Contratada deverão ser **documentadas por Atas de Reunião**, elaboradas pela fiscalização e deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- data;
- nome e assinatura dos participantes;
- assuntos tratados;
- decisões;
- responsáveis pelas providências a serem tomadas; e
- prazo.

Verba volant, scripta manent = as palavras voam e os escritos permanecem.





Nos contratos de execução de obra ou prestação de serviços de engenharia, a responsabilidade pelo recebimento do objeto é do gestor, do fiscal ou da autoridade máxima do órgão que assinou o contrato?





Com relação ao recebimento de **obras e serviços de engenharia**, a Lei nº 8.666/93 estabelece, em seu art. 73, inc. I, alíneas “a” e “b”, que o **recebimento provisório caberá ao responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do objeto, enquanto o recebimento definitivo compete ao servidor ou à comissão designados pela autoridade competente.**





Alteração Contratual

No decorrer do andamento do contrato, podem haver modificações nas condições inicialmente pactuadas:

No projeto básico (especificações técnicas, quantidade, qualidade, forma de execução dos serviços), no local onde são executados os serviços, no prazo de vigência, nos preços iniciais, na forma de pagamento.





Espécies de Alterações	Limites
Quantitativas / Unilaterais	Acréscimo – 25% e 50% (Reforma de edifício ou equipamento) do valor inicial atualizado do contrato Supressão – 25%
Quantitativas / Consensuais	Acréscimo – 25% e 50% Supressão – Não há limite
Qualitativas	Não há limites legais expressos na Lei nº 8.666/93 Decisão nº 215/1999/TCU Qualitativa unilateral – 25% do valor inicial atualizado do contrato Qualitativa consensual – Pode ultrapassar o limite, desde que em conformidade com os princípios de Direito Administrativo





Art. 65, §8.º da Lei 8666/93:

Variação do valor contratual para fazer face ao **reajuste** de preços previsto no próprio contrato, as **atualizações, compensações ou penalizações financeiras** decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de **dotações orçamentárias suplementares** até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, **podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.**





Equilíbrio Econômico-Financeiro

Revisão	Reajuste/ Repactuação
<ul style="list-style-type: none">• Teoria da imprevisão.	<ul style="list-style-type: none">• Finalidade dos institutos: Variação dos custos de produção – Processo inflacionário.
<ul style="list-style-type: none">• Ausência de periodicidade legal mínima	<ul style="list-style-type: none">• Distinção: meio de aplicação.
<ul style="list-style-type: none">• Procedimento bilateral: comprovação dos fatos extraordinários, extracontratuais e de seus efeitos.	<ul style="list-style-type: none">• Periodicidade mínima prevista em lei: doze meses.
	<ul style="list-style-type: none">• Procedimento de ofício: aplicação das disposições contratuais.





Prorrogação contratual

A Área Responsável pelo Controle dos Contratos deverá comunicar ao Contratado sobre a prorrogação de contrato, nos casos de serviços continuados ou quando o contrato admitir a prorrogação de seu prazo de vigência.





Prorrogação do prazo de vigência, observar os seguintes quesitos:

- constar sua previsão no **contrato**;
- houver **interesse** da Administração e da empresa contratada;
- for comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de **habilitação**;
- for constatada em pesquisa que os **preços** contratados permanecem vantajosos para a Administração;
- estiver **justificada e motivada**, em processo correspondente;
- estiver previamente **autorizada** pela autoridade competente.





Fim da vigência contratual

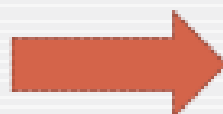
A Área Responsável pelo Controle dos Contratos deverá encaminhar comunicado ao Gestor da Unidade e ao Fiscal, informando sobre a proximidade do fim da vigência contratual.





O conjunto do sistema

A Administração
contrata em padrões
de qualidade



Todos os contratos são
gerenciados por um setor com
profissionais especializados.



O fiscal faz trabalho de
campo e resolve
incidentes.



A área de gestão nomeia um
fiscal para cada contrato.



Ao fim, o objeto é recebido definitivamente por
terceiros, que, ao receberem ou não, fazem também
o controle da fiscalização.





Responsabilidades

O descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na responsabilidade **civil, penal e/ou administrativa.**





Decisões do TCE-MT

*(...) **determinando** ao atual gestor que cumpra na íntegra os princípios que regem a Administração Pública e as normas contidas na Constituição da República e na Lei 8.666/93 (Falta de formalização de **nomeação de servidor** para acompanhar e fiscalizar o Contrato 7285/2012).*

Acórdão 43/2013 - Primeira Câmara

*(...) **multa** de 5 UPFs/MT, devido à **ausência de acompanhamento e fiscalização** da execução dos contratos por servidor designado pela Câmara.*

Acórdão nº 297/2012 – Tribunal Pleno



A close-up photograph of a hand holding a gold-colored pen, poised to write on a white surface. The background is blurred, showing a green plant and a window. The text 'Regulamentar é Preciso!' is overlaid on the image in a stylized font.

*Regulamentar
é Preciso!*



Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

Proposta de Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle Resolução TCE-MT 01/2007

SCL – Sistema de
Compras, Licitações e
Contratos

Departamento de
Compras e
Licitações



SCL – 01: (*) aquisição de bens e serviços mediante licitação, inclusive dispensa e inexigibilidade;
SCL – 02: (*) alienação de bens mediante leilão ou concorrência pública;
SCL – 03: (*) controle de estoques;
SCL – 04: (*) cadastramento de fornecedores;
SCL – 05: concessão e permissão de serviços públicos e autorização;
SCL – 06: acompanhamento e controle da execução dos contratos.

Prazo final para implantação = 31/12/2008.

Instrução Normativa SCL n° 002/2011 (TCE-MT).

Francisney Liberato





Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

Resolução Normativa nº 17/2010





***Apuração Geral das Irregularidades
Contas Anuais 2011 - Estado e Municípios
Irregularidades por Código***

Ord.	Código	Descrição Resumida	Total	Percentual
1	HB 04	Contrato_Grave_04. Inexistência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por um representante da Administração especialmente designado.	139	5,33%
12	HB 05	Contrato_Grave_05. Ocorrência de irregularidades na formalização dos contratos).	47	1,80%
24	HB 06	Contrato_a Classificar_06. Ocorrência de irregularidades na execução dos contratos (Lei nº 8.666/1993 e demais legislações Vigentes).	26	1,00%
26	HB 10	Contrato_a Classificar_10. Ocorrência de irregularidades nas alterações do valor contratual (art. 65 c/c os arts. 40, IX, e 55, III, da Lei nº 8.666/93).	24	0,92%
30	HB 03	Contrato_Grave_03. Prorrogação indevida de contrato de prestação de serviços de natureza não-continuada com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.	22	0,84%
36	HC 05	Contrato_a Classificar_05. Ocorrência de irregularidades na formalização dos contratos (Lei nº 8.666/1993 e demais legislações Vigentes).	16	0,61%





Ord.	Código	Descrição Resumida	Total	Percentual
80	HB 09	Contrato_a Classificar_09. Prorrogação de contrato de prestação de serviços de natureza continuada sem a devida previsão editalícia ou contratual (art. 55, IV, da Lei nº 8.666/93).	5	0,19%
83	HB 01	Contrato_Grave_01. Não-rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/1993).	5	0,19%
89	JB 11	Despesa_a Classificar_11. Realização de despesas com base em contratos celebrados com pessoas jurídicas em débito com a Previdência Social e/ou FGTS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal, e art. 27 da Lei nº 8.036/1990).	4	0,15%
95	HB 08	Contrato_a Classificar_08. Não-aplicação de sanções administrativas ao contratado em razão de atraso ou inexecução total ou parcial do contrato (arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993).	3	0,11%





Exercícios

Na fase de execução dos contratos feitos à luz da Lei n.º 8.666/1993, diversos cuidados devem ser seguidos pelos profissionais da área administrativa dos órgãos e entidades públicos, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa. Tendo em vista esse assunto e suas implicações, julgue o item subsequente.

- 1) É obrigação do fiscal do contrato, antes de cada pagamento, rever a habilitação completa do contratado, por força de cláusula necessária que deve estar prevista no contrato.
- 2) A execução de contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por representante da administração designado especialmente para tal, não sendo permitida a contratação de terceiros para subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, por se tratar de atividade típica do Estado.

CESPE - ANATEL/2009 e TRT10/2013





Ministério Público
de Contas
Mato Grosso

Obrigado!

Francisney Liberato Batista Siqueira

Auditor Público Externo

flbsiqueira@tce.mt.gov.br

(065) 3613-7619

Francisney Liberato

